



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

35º EXAME DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

- 2015 -

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) A respeito do fenômeno da constitucionalização do Direito, assinale a alternativa incorreta:

- a) A constitucionalização do Direito consiste essencialmente na transposição de normas próprias do direito infraconstitucional para a Constituição.
- b) A constitucionalização do Direito recai sobre todos os ramos da ciência jurídica, de modo que a Constituição espalha a sua força normativa sobre o direito administrativo, o direito penal, o direito civil, o direito processual, o direito do trabalho, dentre outros domínios.
- c) A constitucionalização do Direito envolve a chamada filtragem constitucional, segundo a qual os institutos jurídicos devem ser reinterpretados sob a lente da Constituição.
- d) A constitucionalização do direito administrativo levou à reformulação de paradigmas tradicionais, como, por exemplo, o da legalidade, que deixou de representar uma ideia estrita de vinculação positiva do administrador à lei para ganhar a feição de um princípio mais amplo: o princípio da juridicidade.
- e) Os efeitos práticos da constitucionalização do Direito podem ser visualizados, por exemplo, no direito de família, em que se passou a reconhecer como legítimas várias formas de entidade familiar, incluindo-se aí as uniões homoafetivas.

2) Sobre a interpretação conforme a Constituição, assinale a alternativa incorreta:

- a) De acordo com a interpretação conforme a Constituição, dentre todos os sentidos possíveis de enunciado normativo, deve-se prestigiar aquele que melhor realiza os valores e os fins constitucionais.
- b) Há quem sustente não ser um princípio de interpretação constitucional, porque, ao desempenhá-la, o objetivo principal do aplicador do Direito não é interpretar a própria Constituição, mas as leis infraconstitucionais.
- c) Embora não se extraia da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal uma distinção clara entre interpretação conforme a Constituição e declaração de nulidade parcial sem redução de texto, a doutrina afirma que, diferentemente daquela, esta última não pretende salvar a lei mudando seu significado, mas excluindo da sua aplicação determinados casos ou destinatários.
- d) A interpretação conforme a Constituição encontra limite nas possibilidades semânticas do texto legal.
- e) É incontroversa a necessidade de observância da cláusula de reserva de plenário para o exercício da interpretação conforme a Constituição, vez que representa a declaração de inconstitucionalidade de uma ou mais exegeses possíveis do enunciado normativo.

3) De acordo com a doutrina contemporânea, o controle judicial de políticas públicas:

- a) é legítimo sempre que estiver em jogo o respeito a um direito fundamental.
- b) é legítimo mesmo se o ente federativo competente já estiver adotando medidas eficazes para satisfazer o bem jurídico constitucionalmente tutelado.
- c) é legítimo quando a omissão estatal colocar em risco a satisfação do mínimo existencial, ainda que não haja previsão orçamentária.
- d) somente pode ser exercido em sede de ações coletivas.
- e) apenas pode ser realizado pela Corte Constitucional.

4) Segundo o Supremo Tribunal Federal, as normas constitucionais originárias:

- a) são passíveis de sofrer controle judicial de constitucionalidade, tendo em vista poderem conflitar com normas suprapositivas, integrantes do direito natural.
- b) não podem ser objeto de controle judicial de constitucionalidade, pois não há hierarquia entre as normas da Constituição.
- c) devem ser declaradas inconstitucionais pelo Poder Judiciário quando violarem cláusulas pétreas.
- d) só podem ser declaradas inconstitucionais se colidirem com o núcleo essencial de um direito fundamental.
- e) só podem ser declaradas inconstitucionais se violarem tratados internacionais de direitos humanos que tenham sido aprovados, em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por 2/3 de seus membros.

5) A respeito da intervenção federal, assinale a alternativa incorreta:

- a) A intervenção federal é um mecanismo drástico e excepcional, que visa a manter a unidade da federação e a integridade de valores basilares da Constituição.
- b) A intervenção federal pode ser desencadeada na hipótese de violação a princípios constitucionais sensíveis, tais como a forma republicana de governo e o regime democrático.
- c) Somente o Presidente da República é competente para decretar a intervenção federal.
- d) A intervenção federal pode ser deflagrada se um Estado-membro atrasa o pagamento de precatórios, ainda que a mora se deva à necessidade de investir os recursos no cumprimento de outras obrigações constitucionais de igual hierarquia.
- e) Não cabe intervenção federal em municípios integrantes de Estados-membros.

6) Segundo a Constituição e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o veto aposto pelo Chefe do Poder Executivo:

- a) pode ser declarado nulo se estiver fundado na inconstitucionalidade da norma a ser promulgada e este vício não for constatado pelo Poder Judiciário.
- b) só pode ser declarado nulo pelo Poder Judiciário em sede de mandado de segurança impetrado por parlamentar.
- c) pode ser derrubado pelo voto da maioria absoluta da Câmara dos Deputados.
- d) pode ser declarado nulo pelo Poder Judiciário se o projeto de lei se destinava a sanar uma omissão inconstitucional.
- e) é insuscetível de controle judicial, independentemente de o veto ser político – fundado em razões de interesse público – ou jurídico – baseado em inconstitucionalidade do projeto de lei.

7) Sobre o poder regulamentar do Chefe do Poder Executivo, assinale a alternativa incorreta:

- a) Cabe ao Chefe do Poder Executivo expedir decretos e regulamentos para fiel execução das leis.
- b) Em matérias que importem aumento de despesa, a Constituição de 1988 estabelece uma reserva de administração, isto é, um espaço de regulamentação exclusiva por decreto do Chefe do Poder Executivo, imune à lei em sentido formal.
- c) Os regulamentos de execução operam efeitos apenas *secundum legem* e *intra legem*, nunca *ultra legem*, *contra legem* ou *praeter legem*.
- d) No direito brasileiro, há quem admita a existência de regulamentos autônomos ou independentes, que extraem seu fundamento de validade diretamente da Constituição.
- e) As modificações realizadas pela Emenda Constitucional n. 32/01 reforçaram a tese defensiva dos regulamentos autônomos no Brasil.

8) Suponha que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro aprove uma lei, de iniciativa de um de seus deputados, que verse sobre a criação de uma secretaria estadual para tratar de questões bélicas. À luz da Constituição de 1988, esta lei:

- a) é constitucional, pois o Estado do Rio de Janeiro tem competência para disciplinar a matéria.
- b) é constitucional, porque devem os Estados-membros prestar auxílio estratégico à União em assuntos de guerra.
- c) é inconstitucional, porque o Chefe do Poder Executivo tem iniciativa privativa para leis que disponham sobre a criação de órgãos na Administração Pública.
- d) é inconstitucional, porque, apesar de não conter vício formal, viola o conteúdo da Constituição, que não confere aos Estados-membros a competência para legislar sobre assuntos de guerra.
- e) é inconstitucional, porque uma lei não pode gerar aumento de despesa.

9) Assinale a alternativa incorreta:

- a) A inamovibilidade é garantia de toda a magistratura, alcançando não apenas o juiz titular como também o substituto, sendo que o magistrado só poderá ser removido por designação, para responder por determinada vara ou comarca ou para prestar auxílio, com o seu consentimento, ou, ainda, se o interesse público o exigir.
- b) Os juízes de paz, eleitos pelo voto direto para mandato de quatro anos, integram o Poder Judiciário e a eles se impõe a vedação à percepção, a qualquer título ou pretexto, de custas ou participação em processo pelos membros do Judiciário.
- c) Viola a Constituição Federal norma de Constituição Estadual que preveja o limite de cadeiras no Tribunal de Justiça, considerando que a determinação de seu número de membros compete exclusivamente ao Conselho Nacional de Justiça, enquanto órgão central de controle do Poder Judiciário.
- d) A cláusula constitucional de reserva de plenário, fundada na presunção de constitucionalidade das leis, não impede que os órgãos fracionários ou os membros julgadores dos tribunais, quando atuem monocraticamente, rejeitem a arguição de invalidade dos atos normativos, conforme consagrada lição da doutrina.
- e) Comparada às Cartas anteriores, a Constituição de 1988 ampliou significativamente a competência originária do Supremo Tribunal Federal, especialmente no que concerne ao controle de constitucionalidade de leis e atos normativos e ao controle da omissão inconstitucional.

10) Considerando os princípios gerais do Sistema Tributário Nacional presentes na Constituição Federal, é correto afirmar que:

- a) A jurisprudência do STF firmou orientação no sentido de que as custas judiciais e os emolumentos concernentes aos serviços notariais e registrais não possuem natureza tributária.
- b) Segundo a Constituição Federal, os impostos sempre terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, sucedâneo do princípio da capacidade contributiva.
- c) As limitações constitucionais ao poder de tributar são o conjunto de princípios e demais regras disciplinadoras da definição e do exercício da competência tributária, devendo sua regulação ser realizada por meio de lei ordinária.
- d) A existência do órgão administrativo não é condição para o reconhecimento da constitucionalidade da cobrança da taxa de localização e fiscalização, mas constitui um dos elementos admitidos para se inferir o efetivo exercício do poder de polícia, exigido constitucionalmente.
- e) As regras constitucionais que impõem um tratamento federativamente uniforme em matéria de ICMS representam desrespeito à autonomia dos Estados-membros e do Distrito Federal, uma vez que não atentam a um dos objetivos da República, qual seja, reduzir as desigualdades regionais.

11) A respeito da disciplina constitucional dos servidores públicos, indique a alternativa incorreta:

- a) A fixação dos padrões de vencimento do servidor público deverá observar, dentre outros requisitos, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira, bem como as peculiaridades dos cargos.
- b) A exigência de prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos para a investidura em cargo ou emprego público é uma exigência que inexistia anteriormente à Constituição de 1988.
- c) Para o STF, a Administração não pode dispor do momento em que se realizará a nomeação, da mesma forma que a previsão de determinado número de vagas no edital cria um dever de nomeação com relação aqueles aprovados que nelas se enquadrem.
- d) Ao servidor público civil é garantido o direito à livre associação sindical, contudo não é admitida a possibilidade de fixação dos vencimentos de servidores públicos por meio de convenção coletiva.
- e) O STF fixou entendimento no sentido de que, comprovada a necessidade de contratação de pessoal, deve -se nomear os candidatos aprovados no certame em vigor em detrimento da renovação de contrato temporário.

12) Indique a afirmativa correta:

- a) Admite-se a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária, em decorrência da regra constitucional que prevê a irredutibilidade de vencimentos.
- b) A despeito do princípio da legalidade que se aplica à Administração Pública, vedação do nepotismo não exige a edição de lei formal para coibir a prática, uma vez que tal proibição decorre diretamente princípios que a orientam.
- c) Conforme recente emenda constitucional, até que entre em vigor lei complementar para regulamentar o tema, os servidores titulares de cargos efetivos aposentar-se-ão compulsoriamente aos 75 anos.
- d) O STF pacificou o entendimento de que a percepção de proventos ou remuneração por servidores públicos acima do teto remuneratório estabelecido no art. 37, XI, da CF/88, não enseja lesão à ordem pública quando se tratar de direito adquirido.
- e) É constitucional a lei que autoriza o sistema de opção ou de aproveitamento de servidores federais, estaduais e municipais sem concurso público em outra carreira, desde que já componham os quadros da Administração Pública.

13) Sobre os direitos políticos previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta:

- a) Os direitos políticos abrangem o sufrágio que representa o direito de votar e de ser votado, mas não se confunde com o direito de participar da organização da vontade estatal.
- b) O alistamento eleitoral e o voto do analfabeto foram assegurados pela CF/1988 e possuem caráter facultativo, ou seja, inexistente obrigatoriedade de seu exercício, regime que se aplica àqueles entre 16 e 18 anos e aos maiores de 70 anos.
- c) A ação de impugnação de mandato, a ser proposta no prazo de 15 dias da data da diplomação, há que se instruída com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- d) O sistema eleitoral proporcional permite a distribuição de vagas de acordo com o número de votos obtidos pelos candidatos e/ou partidos e que os votos dados ao parlamentar ou partido serão computados para fins de quociente eleitoral.
- e) A diferença entre plebiscito e referendo verifica-se no momento de sua realização, enquanto o plebiscito representa uma consulta prévia, o referendo é realizado posteriormente a uma decisão/ato governamental.

14) Sobre os direitos fundamentais, assinale a afirmação incorreta:

- a) A superação dos antagonismos existentes entre princípios constitucionais há de resultar da utilização, pelo STF, de critérios que lhe permitam ponderar e avaliar, em concreto, o direito a preponderar, mas sem aniquilar os direitos envolvidos.
- b) A CF/88 trouxe um extenso rol de direitos fundamentais, dentre eles a liberdade de consciência e de crença e a liberdade de expressão, independente de censura, o que, segundo o STF, garante a livre circulação de ideias de forma irrestrita, independentemente de seu conteúdo.
- c) Configura-se concorrência de direitos individuais quando determinada situação ou conduta pode ser subsumida no âmbito de proteção de diversos direitos fundamentais.
- d) A liberdade negativa pode, em linhas gerais, ser definida como a necessidade de garantia de uma esfera livre de ingerências estatais, para que os indivíduos, em suas relações entre si, possam se autorregular.
- e) Direitos fundamentais não submetidos a reserva legal seriam aqueles garantidos por dispositivos constitucionais que não fazem menção a nenhuma possibilidade de intervenção legal em seu âmbito, um exemplo na CF/88 seria o direito à liberdade intelectual, artística e científica.

15) É incorreto afirmar que:

- a) A jurisprudência do STF sedimentou a possibilidade de as entidades de classe, desde que legalmente constituídas e em funcionamento há pelo menos um ano, utilizarem o mandado de injunção coletivo.
- b) O STF admite a legitimidade do parlamentar para impetrar mandado de segurança com a finalidade de coibir atos praticados no processo de aprovação de lei ou emenda constitucional incompatíveis com disposições constitucionais que disciplinam o processo legislativo.
- c) O mandado de segurança coletivo – que constitui, ao lado do writ individual, mera espécie da ação mandamental instituída pela Constituição de 1934 – destina-se, em sua precípua função jurídico-processual, a viabilizar a tutela jurisdicional de direito líquido e certo não amparável pelos remédios constitucionais do *habeas corpus* e do *habeas data*.
- d) Somente é cabível mandado de injunção quando existente lacuna normativa que impossibilite o exercício dos direitos e garantias constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- e) O STF é o tribunal competente, em sede originária, para processar e julgar ação civil pública ajuizada em face de decisão do Conselho Nacional de Justiça, que ensejar danos morais e patrimoniais causados a interesse difuso ou coletivos.

DIREITO CIVIL

16) Caio se encontra em grave estado de saúde em virtude de acidente por ele sofrido. Tício, seu pai, desesperado com a situação, firma contrato com estabelecimento privado de saúde, para que este hospital realize o tratamento emergencial de Caio. Para tanto, deixa cheque caução como garantia. O tratamento emergencial é adequadamente prestado. Em decorrência disto, o hospital cobra de Tício, pai de Caio, a vultosa quantia de R\$ 200 mil (duzentos mil reais) como pagamento pelos serviços prestados. Tal valor é excessivamente oneroso para Tício, já que este recebe o salário de R\$ 1 mil (um mil reais) ao mês. Com vistas a não pagar tal valor, Tício pretende alegar que o contrato firmado está eivado de defeito. Qual seria este defeito?

- a) erro;
- b) dolo;
- c) coação;
- d) fraude;
- e) estado de perigo.

17) Segundo o Código Civil, é anulável o negócio jurídico quando:

- a) for ilícito o seu objeto;
- b) não revestir a forma prescrita em lei;
- c) for celebrado por agente relativamente incapaz;
- d) tiver por objeto fraudar lei imperativa;
- e) o seu objeto for indeterminável.

18) Segundo o art. 187 do Código Civil, “comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social (...)”. O trecho transcrito do artigo 187 contém o conceito legal:

- a) do erro;
- b) do dolo;
- c) do abuso de direito;
- d) da responsabilidade civil contratual;
- e) da culpa.

19) Segundo o Código Civil, quanto à decadência, é correto afirmar que:

- a) pode ser interrompida por qualquer interessado;
- b) a sua interrupção poderá ocorrer somente uma única vez;
- c) nasce com a violação do direito;
- d) a sua interrupção poderá ocorrer mais de uma vez;
- e) salvo disposição legal em contrário, não se aplicam à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.

20) Quanto às obrigações alternativas, segundo o Código Civil, escolha a opção incorreta:

- a) A escolha cabe ao devedor, se outra coisa não se estipulou.
- b) Pode o devedor obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra.
- c) Se uma das duas prestações não puder ser objeto de obrigação ou se tornada inexecutível, subsistirá o débito quanto à outra.
- d) Quando a obrigação for de prestações periódicas, a faculdade de opção poderá ser exercida em cada período.
- e) Se todas as prestações se tornarem impossíveis sem culpa do devedor, extinguir-se-á a obrigação.

21) No que se refere ao inadimplemento das obrigações, segundo o Código Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Para que o devedor inadimplente responda pelos juros e atualização monetária, isto deverá estar expressamente previsto no negócio jurídico que deu origem à obrigação inadimplida.
- b) Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora desde a sua citação.
- c) Considera-se em mora o devedor que não efetuar o pagamento e o credor que não quiser recebê-lo no tempo, lugar e forma que a lei ou a convenção estabelecer.
- d) Nos casos em que a inexecução resulta de dolo do devedor, as perdas e danos também incluirão os prejuízos efetivos e os lucros cessantes por efeito dela indireto e mediato.
- e) O valor da cominação imposta na cláusula penal poderá exceder o da obrigação principal.

22) Quanto à boa-fé objetiva, é incorreto afirmar:

- a) possui função de restringir o exercício abusivo de direitos;
- b) possui função de criar deveres anexos ou acessórios à prestação principal;
- c) possui função interpretativa dos contratos;
- d) a boa-fé objetiva alcança os comportamentos dos contratantes antes, durante e após o contrato;
- e) segundo a boa-fé objetiva, o contrato somente vincula e obriga as partes contratantes.

23) Em relação à capacidade e à personalidade, é incorreto afirmar:

- a) A proteção que o Código Civil defere ao nascituro alcança o natimorto no que concerne aos direitos da personalidade, tais como nome, imagem e sepultura.
- b) A vontade dos absolutamente incapazes menores de 16 (dezesseis) anos é juridicamente relevante na concretização de situações existenciais a ele concernentes, desde que demonstrem discernimento bastante para tanto.
- c) Os direitos da personalidade, regulados de maneira não exaustiva pelo Código Civil, são expressões da cláusula geral de tutela da pessoa humana, contida no art. 1º, III, da Constituição (princípio da dignidade da pessoa humana). Em caso de colisão entre eles, como nenhum pode sobrelevar os demais, deve-se aplicar a técnica da ponderação.
- d) A publicidade que venha a divulgar, sem autorização, qualidades inerentes a determinada pessoa, sem mencionar o seu nome, ainda que possível identificá-la, não constitui violação a direito da personalidade.
- e) Os direitos da personalidade podem sofrer limitações, ainda que não especificamente previstas em lei, não podendo ser exercidos com abuso de direito de seu titular, contrariamente à boa-fé objetiva e aos bons costumes.

24) No tocante ao regime jurídico das fundações, é correto afirmar que:

- a) Constituem-se as fundações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos.
- b) Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.
- c) As fundações instituídas pelo poder público são de direito privado, ainda que assumam a gestão de serviço estatal e se submetam a regime administrativo previsto, nos Estados-membros, por leis estaduais.
- d) O Supremo Tribunal Federal afirmou a constitucionalidade do §1º, do art. 66, do Código Civil, em sua redação original, que previa que o Ministério Público Federal velaria pelas fundações que funcionarem no Distrito Federal, ou em Território.
- e) É lícita a alteração do estatuto da fundação que contrarie o seu fim, desde que devidamente aprovada pelo órgão do Ministério Público.

25) Quanto ao Direito de Empresa, marque a alternativa a correta:

- a) Não se equipara ao nome empresarial, para os efeitos da proteção da lei, a denominação das sociedades simples, associações e fundações.
- b) O empresário opera sob firma constituída por seu nome completo ou abreviado, aditando-lhe, necessariamente, designação mais precisa da sua pessoa ou do gênero da sua atividade.
- c) O nome empresarial pode ser objeto de alienação onerosa.
- d) Pode o estabelecimento ser objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, que sejam compatíveis com a sua natureza.
- e) O ponto comercial é um bem corpóreo que integra o estabelecimento empresarial.

26) Segundo o Código Civil, a sociedade em que a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem, solidariamente, pela integralização do capital social e a sociedade em que os atos constitutivos não foram inscritos no registro próprio denominam-se, respectivamente:

- a) Sociedade limitada e sociedade em comum.
- b) Sociedade limitada e sociedade simples.
- c) Sociedade anônima e sociedade em comum.
- d) Sociedade simples e sociedade limitada.
- e) Sociedade em comandita por ações e simples.

27) De acordo com o Código Civil, em relação ao instituto do domicílio, é incorreto afirmar:

- a) Para a caracterização do domicílio é necessária a conjugação de dois elementos: um externo (a residência) e outro interno (a intenção de permanecer).
- b) É possível a existência de pluralidade de domicílios para a pessoa natural.
- c) O militar tem domicílio necessário onde servir.
- d) A distinção entre domicílio, residência e morada pode ser analisada numa escala cujo vetor crescente é a ideia de permanência. Na primeira, a permanência é pressuposto, na segunda, é implicação e, na terceira, desnecessária.
- e) Caso a pessoa natural tenha pluralidade de domicílio profissional, considerar-se-á domicílio qualquer deles.

28) Acerca dos bens, marque a alternativa correta:

- a) São fungíveis os móveis e imóveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- b) Os bens fungíveis são, necessariamente, consumíveis.
- c) São infungíveis os bens que, pela sua qualidade individual, têm um valor especial, não podendo, por este motivo, ser substituídos sem que isso acarrete a alteração do seu conteúdo.
- d) Os bens naturalmente divisíveis não podem tornar-se indivisíveis por determinação das partes.
- e) Constitui universalidade de direito o complexo de relações jurídicas, de uma pessoa, dotadas ou não de valor econômico.

29) O conceito que melhor traduz o significado de negócio jurídico é:

- a) Acontecimento humano ou natural, capaz de produzir efeitos jurídicos, provocando o nascimento, a modificação ou a extinção de relações jurídicas.
- b) Declaração de vontade dirigida para a produção de efeitos previamente determinados em lei.
- c) Declaração de vontade destinada a produzir efeitos jurídicos voluntariamente perseguidos.
- d) Comportamento que, embora derive do homem, é desprovido de vontade consciente na sua realização e na projeção dos efeitos jurídicos realizados.
- e) Acontecimento natural deflagrador de efeitos jurídicos.

30) No tocante aos elementos acidentais do negócio jurídico, marque a alternativa incorreta:

- a) Considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.
- b) Subordinando-se a eficácia do negócio jurídico à condição resolutiva, enquanto esta se não verificar, não se terá adquirido o direito, a que ele visa.
- c) O termo inicial suspende o exercício, mas não a aquisição do direito.
- d) Ao titular do direito eventual, nos casos de condição suspensiva ou resolutiva, é permitido praticar os atos destinados a conservá-lo.
- e) O encargo não suspende a aquisição nem o exercício do direito, salvo quando expressamente imposto no negócio jurídico, pelo disponente, como condição suspensiva.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

31) Com relação aos requisitos de admissibilidade dos recursos, assinale a opção correta:

- a) São requisitos intrínsecos aqueles relativos ao modo de exercício do direito de recorrer, como o preparo.
- b) São requisitos extrínsecos aqueles concernentes ao modo de exercício do direito de recorrer, como o cabimento.
- c) O princípio da unicidade, unirrecorribilidade ou singularidade designa que a enumeração dos recursos seja taxativamente prevista em lei.
- d) O princípio da fungibilidade indica que não é possível a utilização simultânea de dois recursos contra a mesma decisão.
- e) O Ministério Público tem legitimidade para recorrer como parte ou como *custos legis*.

32) Considerando a teoria geral dos recursos, marque a opção incorreta:

- a) Quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, ser-lhes-ão contados em dobro os prazos para recorrer.
- b) Computar-se-á em dobro o prazo para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público.
- c) No recurso especial, no recurso extraordinário e nos embargos de divergência, o prazo para interpor e para responder é de 10 (dez) dias.
- d) O prazo para a interposição do recurso contar-se-á da data da intimação das partes, quando a sentença não for proferida em audiência.
- e) A parte, que aceitar expressa ou tacitamente a sentença ou a decisão, não poderá recorrer.

33) De acordo com os princípios que se aplicam no Direito Processual, assinale a alternativa correta:

- a) Aos litigantes, desde que em processo judicial, são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.
- b) Os atos e termos processuais não dependem de forma determinada, senão quando a lei expressamente a exigir.
- c) O Código de Processo Civil consagrou o princípio da publicidade, inclusive em matéria de alimentos.
- d) O Código de Processo Civil consagrou expressamente a boa-fé subjetiva em matéria processual.
- e) A todos, desde que em processo administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

34) Tendo em vista as normas que regem a jurisdição, marque a assertiva correta:

- a) De acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) não exerce função jurisdicional.
- b) A jurisdição é técnica de solução de litígios por autocomposição.
- c) A jurisdição atua de forma abstrata, ou seja, independe de uma situação concreta ser levada à apreciação do Poder Judiciário.
- d) Os tribunais administrativos, como o Tribunal Marítimo, consistem em exemplos de órgãos jurisdicionais.
- e) O Código de Processo Civil consagrou o princípio da territorialidade da jurisdição, inclusive nas hipóteses de o imóvel se achar situado em mais de um Estado ou comarca.

35) No que concerne aos serviços auxiliares da justiça, assinale a alternativa correta:

- a) O perito pode ser recusado por impedimento, mas não por suspeição.
- b) O juiz nomeará perito toda vez que o repute necessário para traduzir a linguagem mímica dos surdos-mudos, que não puderem transmitir a sua vontade por escrito.
- c) Incumbe ao escrivão fazer pessoalmente as citações, prisões, penhoras, arrestos e mais diligências próprias do seu ofício.
- d) A guarda e a conservação de bens penhorados, arrestados, sequestrados ou arrecadados serão confiadas a depositário ou a administrador, não dispendo a lei de outro modo.
- e) Incumbe ao oficial de justiça redigir, em forma legal, os ofícios, mandados, cartas precatórias e mais atos que pertencem ao seu ofício.

36) Considerando as normas processuais aplicáveis acerca da competência, assinale a alternativa correta:

- a) A incompetência absoluta é arguida por meio de exceção.
- b) A incompetência relativa pode ser alegada, em qualquer tempo e grau de jurisdição.
- c) A competência em razão da matéria é relativa e a competência territorial é absoluta.
- d) A competência é determinada no momento em que a ação é proposta, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem o órgão judiciário ou alterarem a competência em razão da matéria ou da hierarquia.
- e) A ação fundada em direito pessoal e a ação fundada em direito real sobre bens móveis serão propostas, em regra, no foro do domicílio do autor.

37) O Estado do Rio de Janeiro pretende ajuizar uma demanda em face de Caio, domiciliado na cidade de Niterói, pleiteando a constituição de uma servidão sobre imóvel localizado em Volta Redonda. Ocorre que Caio, muito embora seja proprietário do bem, possui 17 anos e seus representantes legais têm domicílio em Barra Mansa. Considerando as regras sobre competência, a demanda deverá ser proposta:

- a) no foro do domicílio do autor ou no foro do domicílio do réu;
- b) no foro do domicílio dos representantes do réu;
- c) no foro do domicílio do réu;
- d) no foro do domicílio do réu ou no foro da situação da coisa;
- e) no foro da situação da coisa.

38) Acerca das hipóteses de suspensão e extinção do processo, assinale a opção incorreta:

- a) A convenção de arbitragem é causa de extinção do processo sem resolução do mérito.
- b) Enquanto a extinção do feito com resolução de mérito faz coisa julgada material, a sentença que extingue o processo sem resolução de mérito apenas produz coisa julgada em sentido formal.
- c) Durante a suspensão do processo, não poderá ser praticado nenhum ato processual, nem mesmo para evitar dano irreparável.
- d) Quando a ação tratar de direito personalíssimo, o processo se extingue sem resolução do mérito, diante da morte do autor da demanda.
- e) Por convenção das partes, o processo pode ficar suspenso por até 06 (seis) meses.

39) De acordo com as normas processuais sobre coisa julgada e súmula vinculante, assinale a opção correta:

- a) A eficácia preclusiva da coisa julgada só se aplica às alegações do autor, não sendo reputadas como deduzidas e repelidas as defesas que a parte poderia opor para a rejeição do pedido.
- b) São legitimados a propor a edição de súmula vinculante os mesmos legitimados para o ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade.
- c) Se a decisão judicial contrariar o enunciado de súmula vinculante, negar-lhe vigência ou aplicá-lo indevidamente, caberá tão-somente a interposição dos recursos admissíveis.
- d) A súmula com efeito vinculante tem eficácia imediata, mas o Supremo Tribunal Federal, por decisão da maioria dos seus membros, poderá restringir os efeitos vinculantes ou decidir que só tenha eficácia a partir de outro momento, tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse público.
- e) A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, podendo beneficiar ou prejudicar terceiros.

40) Em uma determinada demanda, o autor, antes da expedição do mandado de citação, apresenta petição em juízo, requerendo a inclusão de novo pedido. O réu, mesmo sem ter sido citado, apresenta a sua contestação e alega a impossibilidade de apresentação de novo pedido após o ajuizamento da ação. Diante desta situação fática, assinale a opção correta:

- a) O requerimento de inclusão de novo pedido merece ser deferido, uma vez que a demanda só foi estabilizada com o comparecimento espontâneo do réu.
- b) O requerimento de inclusão de novo pedido merece ser indeferido, tendo em vista que a demanda se estabiliza com o seu ajuizamento.
- c) O autor pode requerer a inclusão de novo pedido até a citação, independentemente de o réu ter apresentado contestação de forma espontânea.
- d) A contestação apresentada é nula, porque ainda não foi realizado o ato de citação, indispensável à formação da relação processual.
- e) A inclusão de novo pedido merece ser deferida, pois é possível ao autor modificar o pedido a qualquer tempo.

LÍNGUA PORTUGUESA – INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

Mude! A sociedade do Consumo

Thífani Postali *

O ser humano nunca juntou tantos objetos. Não é novidade que a industrialização provocou um modelo social com base no consumo, pois, para sustentar a sua lógica, precisa produzir e desovar os produtos num tempo cada vez mais reduzido.

Para que esse mecanismo aconteça de modo satisfatório, profissionais criaram diferentes estratégias para que as pessoas contribuíssem incessantemente. Especialistas em marketing, então, começaram a desenvolver estudos a fim de entender o comportamento humano e suas necessidades. Algumas descobertas, baseadas na economia, na sociologia e, principalmente, psicologia, contribuíram de maneira crucial para que se criassem, através de uma comunicação eficiente, novos desejos de consumo entre as pessoas que, em muitos casos, acabaram se confundindo com necessidades.

Foi a partir dessas descobertas que os anúncios publicitários começaram a exagerar nas mensagens oferecidas. Propagandas de carro, por exemplo, sugerem que seu produto torna uma pessoa atraente e poderosa. Vendem-se sensações e não mercadoria. Do mesmo modo, grifes da moda apresentam propagandas de roupas com pessoas sem roupas. Isso porque, talvez pouco importe o modelo ou a cor do tecido, aqui, a ideia é se beneficiar com os valores que a marca agrega e que quase sempre

estão atreladas à sensualidade. Sem contar as de cerveja que ainda sugerem sexualidade, masculinidade e sucesso.

Teóricos como o sociólogo Zygmunt Bauman apontam que as sociedades industriais estão pautadas na descartabilidade. Aproveitando essa lógica, a publicidade adotou palavras de ação como “mudar”. Em artigo para a revista “E on-line”, a antropóloga Rita Alves coloca um exemplo que diz “...Mude a sua sala de estar mudando apenas a mesinha de centro”.

Mudar a cada instante é necessário para manter esse modelo social. É tão imprescindível que só as áreas que abrangem a comunicação mercadológica não dão conta! Assim, profissionais como engenheiros e designers tornaram-se indispensáveis, criando a “obsolescência programada” e a “obsolescência perceptiva”.

O primeiro termo se refere aos produtos que são programados para ter vida curta. Desta forma, são projetados para quebrarem e serem substituídos por outros. Isso porque, em muitos casos ou na maioria deles, não compensa consertar. Os próprios técnicos aconselham o consumidor a comprar outro produto. Talvez seja por esse motivo que a empresa Brastemp deixou de usar a sua frase mais conhecida “não é uma Brastemp”, que se referia à durabilidade de suas máquinas. A obsolescência programada está cada dia mais presente nos diferentes produtos. Televisores com tempo útil de tela, celulares cada vez mais frágeis, computadores cujas peças deixam de existir, carros etc. Isso sem contar as peças de vestuário que desbotam ou esticam após a primeira lavada.

Já o segundo termo diz respeito à defasagem visual. Na obsolescência perceptiva, o que comanda são os estudos que procuram criar produtos com *designs* modernos. Essa lógica se aplica a todos os produtos, entretanto, a maior atenção deve ser destinada àqueles que possuem mais resistência. A ideia é fazer com que as pessoas tenham a sensação de que o produto é velho, o que transmite a ideia de que a própria pessoa está ultrapassada. Mais uma vez, a tecnologia é exemplo fundamental para se entender esse esforço. Algo bastante perceptivo foi a alteração do *design* dos monitores de televisão e computadores. Ora, uma empresa que mantém monitores e outras ferramentas tecnológicas com aparência ultrapassada não causará boa impressão em seus clientes e fornecedores que, inconscientemente, julgarão os serviços, produtos e parcerias a partir dessa impressão de obsolescência. A moda e a construção civil são áreas que também utilizam a estratégia de criar “tendências” como verdades, se você não usa tal e qual cor ou modelo, você está ultrapassado.

Pesquisas apontaram que a maioria das pessoas pensa consumir de forma racional. É difícil admitir que, muitas vezes, não controlamos nossos impulsos. Por outro lado, se fizermos uma lista de tudo o que compramos no último mês, veremos que agimos racionalmente e também de modo impulsivo. Se fizermos outra lista de tudo o que temos em casa, incluindo o que adquirimos por necessidade ou desejo, perceberemos o quanto estamos inseridos na sociedade do consumo que fez com que muitas pessoas confundissem compra com felicidade. Como dizem muitos anúncios: “não vendemos felicidade, mas vendemos óculos, que é quase a mesma coisa”.

**Thifani Postali é mestra em Comunicação e Cultura e professora da Uniso. www.thifanipostali.com*

41) “Mude! A sociedade do Consumo”. Com esse título a autora:

- valoriza a forma racional como toda a sociedade enfrenta a obsolescência programada.
- faz um jogo semântico que permite sugerir dois comportamentos opostos da sociedade diante do consumo desenfreado.
- mostra a fragilidade da publicidade diante dos desejos de consumo da sociedade.
- demonstra que apenas os profissionais de marketing entendem das manobras do consumo.
- indica uma única forma de comportamento da sociedade diante do consumismo exacerbado.

42) No texto, a autora apresenta uma contraposição ao consumismo do mundo contemporâneo ao empregar o termo:

- a) descartabilidade;
- b) durabilidade;
- c) obsolescência programada;
- d) obsolescência perceptiva;
- e) desova.

43) A respeito do texto, analise as afirmativas a seguir:

I - A citação do último parágrafo vai de encontro à ideia que é apresentada no 2º parágrafo do texto.

II - Os fenômenos da obsolescência programada e da obsolescência perceptiva ratificam o conceito de descartabilidade proposto por Zygmunt Bauman.

III - Segundo o texto, as pesquisas sinalizam o pensamento racional do consumo, porém não é o que se evidencia na prática do consumo das pessoas.

Assinale:

- a) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas;
- b) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas;
- c) se nenhuma afirmativa estiver correta;
- d) se todas as afirmativas estiverem corretas;
- e) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.

44) Com a passagem “Não é novidade que a industrialização provocou um modelo social com base no consumo”, a autora declara que a necessidade de consumo, presente na era da industrialização, não é espontânea. Assinale, a seguir, a alternativa que confirma essa concepção:

- a) “O ser humano nunca juntou tantos objetos”.
- b) “A obsolescência programada está cada vez mais presente nos diferentes produtos”.
- c) “Mudar a cada instante é necessário”.
- d) “(...) profissionais criaram diferentes estratégias”.
- e) “(...) precisa produzir e desovar os produtos num tempo cada vez mais reduzido”.

45) “Mudar a cada instante é necessário para manter esse modelo social. É tão imprescindível que só as áreas que abrangem a comunicação mercadológica não dão conta!” No trecho em destaque há um padrão discursivo utilizado pela autora para a defesa de sua tese, que se constitui de:

- a) Concessão- temporalidade.
- b) Condição- causa.
- c) Finalidade-consequência.
- d) Temporalidade-causa.
- e) Causa- consequência.

46) “Ora, uma empresa que mantém monitores e outras ferramentas tecnológicas com aparência ultrapassada não causará boa impressão em seus clientes e fornecedores que, inconscientemente, julgarão os serviços, produtos e parcerias a partir dessa impressão de obsolescência.”

O emprego do futuro do presente do indicativo no segmento em destaque significa:

- a) certeza de fatos futuros;
- b) possibilidade de fatos futuros;
- c) incerteza dos fatos futuros;
- d) desejo da autora sobre fatos futuros;
- e) dúvida sobre fatos futuros.

47) Aponte a opção em que a reescrita da frase “Por outro lado, se fizermos uma lista de tudo o que compramos no último mês, veremos que agimos racionalmente e também de modo impulsivo” conserva, de acordo com o texto, o conteúdo original:

- a) Do mesmo modo, a razão e a impulsividade estão listadas em nossas atitudes no último mês.
- b) No entanto, ao consultarmos a lista daquilo que compramos no último mês, nossa reação será de impulsividade e racionalidade.
- c) Embora agindo racional e impulsivamente, será possível verificar a lista de tudo o que compramos no último mês.
- d) Em contrapartida, é possível constatar na lista de compras do último mês a presença da racionalidade e da impulsividade na forma como consumimos.
- e) Com o uso da razão e da impulsividade, verificamos tudo o que compramos no último mês.

48) “Assim, profissionais como engenheiros e designers tornaram-se indispensáveis, criando a ‘obsolescência programada’ e a ‘obsolescência perceptiva’.”

Nesse trecho, a palavra como tem valor:

- a) concessivo;
- b) comparativo;
- c) causal;
- d) condicional;
- e) conformativo.

49) Aponte a opção que possui a mesma flexão de voz verbal encontrada em: “Vendem-se sensações e não mercadorias”:

- a) ... a sua frase mais conhecida “não é uma Brastemp”, que se referia à durabilidade das suas máquinas.
- b) ... aqui a ideia é se beneficiarem com os valores.
- c) ... para que se criassem, através de uma comunicação eficiente, novos desejos.
- d) Essa lógica se aplica a todos os produtos .
- e) Acabaram se confundindo com necessidades.

50) A coesão entre o 1º e o 2º parágrafos é realizada por um operador discursivo cujo valor semântico poderia ser substituído sem prejuízo de sentido pelo conectivo do exemplo:

- a) Apesar de o consumo produzir o lixo urbano, não podemos nos esquecer de que os produtos industrializados vêm da mão de obra de muitos cidadãos.
- b) A fim de que o consumo seja controlado, necessita-se de regras que sejam implantadas e respeitadas.
- c) Por que o consumismo é uma realidade, deveremos aceitá-lo como um comportamento inevitável?
- d) Enquanto a sociedade de consumo provocar a o desejo desenfreado nos cidadãos, pouco restará à sanidade dos consumidores .
- e) Embora haja orientação para que o consumo seja controlado, o mercado, com incessantes novidades, lança novas estratégias de convencimento.